

---

**Clipping n° 1096**

, 29 Outubro 2012 - 12:16:09

**International Paper e Grupo Orsa anunciam nova empresa no setor de embalagens** A International Paper e a Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A (Grupo Orsa) fizeram um acordo para criar uma nova empresa no mercado de embalagens. A IP investiu aproximadamente US\$ 470 milhões, ou aproximadamente R\$ 952 milhões no câmbio atual, para ter a participação de 75% dessa nova empresa. A Jari responderá por 25%. Os ativos de embalagem do Grupo Orsa são compostos por três fábricas de papelão para embalagens e quatro unidades de produção de embalagens de papelão ondulado. Essas fábricas serão separadas dos negócios florestais e farão parte da Joint Venture. Os negócios florestais e de celulose continuam com o Grupo Orsa. Com o acordo estabelecido, as companhias esperam concluir a transação no primeiro trimestre de 2013, em razão de algumas condições pré-estabelecidas e as aprovações públicas necessárias. Abigraf

**Abedesign debate as principais questões jurídicas para o setor** Nem só de criatividade sobrevive o setor de design. Como todos os setores produtivos, o segmento tem problemas que atrapalham seu melhor desenvolvimento. Por exemplo, não existe regulamentação jurídica que leve em consideração as diversas características da atividade. Para abordar o tema e debater as principais questões e dúvidas jurídicas para o setor, a Associação Brasileira de Empresas de Design (Abedesign) realizou, dia 24 de outubro, em São Paulo (SP), o Design Legal Day. De acordo com a entidade, o evento contou com a participação de profissionais do design, advogados e profissionais interessados no assunto. Além do debate, o evento apresentou mecanismos legais de financiamento, fomento e incentivos fiscais aplicáveis às empresas de design e macro-temas detalhados pelos profissionais do escritório M.Coimbra Advogados. Publish

**Projeto regulamenta relações de trabalho entre os servidores e o Estado** Se junta aos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, o PL 4.532/2012, de iniciativa do deputado Policarpo (PT-DF), que estende aos servidores públicos o direito de negociação coletiva. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919, três pilares devem sustentar a estrutura organizativa do funcionalismo: 1) o direito à sindicalização, 2) à negociação coletiva, e 3) à greve. Hoje, a organização dos servidores está incompleta, pois o direito à negociação coletiva não existe. Assim, o projeto do deputado petista procura sanar esta lacuna. O projeto busca a democratização das relações de trabalho, o tratamento de conflitos e estabelece as diretrizes básicas da negociação coletiva dos servidores públicos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. **Sindicalização** No capítulo que trata da sindicalização é garantido a todos os servidores públicos a livre associação sindical, não prejudicando, benefício, isento de um dever ou privado de qualquer direito em virtude do exercício da associação sindical. O projeto também assegura o afastamento do servidor público para o exercício do mandato classista e a dispensa do ponto ao representante que compoñha a bancada sindical para participar de mesa de negociação. A divulgação de movimentos grevistas e o direito da arrecadação de fundo de greve também são assegurados. **Negociação coletiva** No projeto, a parte sobre a negociação coletiva estabelece um processo de diálogo com vistas ao tratamento de conflitos nas relações de trabalho, pautado na boa-fé, do reconhecimento das partes e do respeito mútuo e de forma permanente para assegurar os princípios

básicos da Administração Pública e da liberdade de associação sindical. A negociação coletiva será exercida por meio de mesas de Negociação Permanente, instituídas no âmbito dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A matéria prevê a regulamentação das mesas de Negociação por regimento interno, construído de comum acordo entre as partes funcionalismo e governo. **Direito de greve** Também é direito dos servidores o exercício da greve assegurando aos grevistas o emprego dos meios pacíficos tendentes a persuadir os trabalhadores a aderirem à greve. O projeto estabelece que durante a greve, a entidade sindical e a respectiva direção do órgão, autarquia ou fundação ficam obrigadas a garantir o atendimento das necessidades inadiáveis da sociedade. No caso do exercício do direito de greve dos contingentes de forças policiais armadas fica condicionado à suspensão temporária, durante o período de greve, do porte de arma por parte dos policiais que aderirem ao movimento grevista. A regulamentação ainda prevê que as faltas ao trabalho em decorrência de greve serão objeto de negociação a qualquer tempo, devendo produzir um plano de compensação que contemple os dias parados e/ou o trabalho não realizado. Não havendo acordo, as faltas implicarão na perda da remuneração, segundo o projeto. Os dias parados não serão computados para fins de estágio probatório e nem como critério para avaliação de desempenho, avaliação ou índices de produtividade ou incapacidade para o desempenho da função pública. **Projetos em tramitação** Tramitam atualmente no Congresso, pelo menos 24 projetos sobre o tema, com destaque para três. O PL 4.491/01, da ex-deputada Rita Camata (PMDB-ES), que recebeu substitutivo interessante na Câmara, embora ainda mereça aperfeiçoamentos. Outro, do senador Paulo Paim (PT-RS) (PLS 87/07), que garante efetivamente o direito de greve sem deixar de atender as atividades essenciais. E o último (PLS 710/11), do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), vem na linha das propostas oficiais, cujo objetivo é dificultar o direito de greve dos servidores.

**Especialistas debatem: classe média ou nova classe trabalhadora?** O diagnóstico de ascensão de parte da população pobre à classe média na última década, como defendido por alguns intelectuais e por técnicos do governo não é consenso entre especialistas em desigualdade e estratificação social. Esses especialistas não negam a diminuição da desigualdade social, a redução da concentração da riqueza, a melhoria da renda dos mais pobres e o incremento das perspectivas desse setor da população. Entretanto, consideram que a renda não é o único fator a ser levado em conta pesquisa divulgada pelo governo na semana passada classifica como classe média os que vivem em famílias com renda per capita mensal entre 291 e 1.019 reais e tem baixa probabilidade de passar a ser pobre no futuro próximo. Essa classe média é uma fantasia que está se criando, critica Eduardo Fagnani, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Não se define a classe média pela renda, mas pela posição na estrutura populacional, explica o economista que também participa do núcleo de estudos Plataforma Política Social. **Poder público** Segundo ele, o conjunto da população em ascensão ainda depende muito do sistema público de saúde, previdência e ensino e não tem entre as suas despesas o pagamento de escola particular para os filhos, a manutenção de previdência complementar, acesso a plano de saúde privado ou o costume de fazer viagens ao exterior. Ele lembra que a noção de classe média é associada a determinados padrões de consumo e de formação educacional que não temos no Brasil, como amplo acesso ao curso superior, disse mencionando a situação da Europa Ocidental, anos após a Segunda Guerra Mundial (1939-1956), quando a maior parte da população se torna classe média. Em linha semelhante, o sociólogo Jessé Souza, autor do livro Os Batalhadores Brasileiros e professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), prefere chamar a população em ascensão econômica no Brasil de nova classe trabalhadora e critica o ponto de vista estritamente econômico que não considera condições sociais, morais e culturais, repassados em família, que permitem a apropriação de hábitos e comportamentos considerados como de classe média. **Economia e social** Além da conceituação equivocada, Eduardo Fagnani assinala que atribuir basicamente às políticas sociais (como o Programa Bolsa Família) a razão da ascensão também é um erro. A meu ver, há uma supervalorização das políticas focalizadas. O governo está batendo no bumbo errado, disse. O principal legado do governo Lula (2003-2010) foi articular mais positivamente a economia com o social. É um erro não atribuir o êxito a aspectos relacionados à política econômica. Segundo ele, a partir de 2006 houve uma melhor articulação entre os

objetivos econômicos e sociais. Isso é o ponto central. Houve uma atenção maior no sentido de retomar o papel planejador do Estado, e este coordenar o investimento público e privado (...) As políticas fiscais e monetárias passaram a ser menos restritivas, o crédito aumentou muito, teve o aumento real do salário mínimo; isso caindo o desemprego e reduzindo o trabalho precário. Assim como Fagnani, a economista Sônia Rocha, ligada ao Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) relativiza a importância das políticas sociais e o uso da expressão "classe média". **Bolsa Família** Ela elogia a surpreendente diminuição da desigualdade e elogia o programa Bolsa Família que não se 'esgarçou' ou se ajustou às necessidades clientelísticas tradicionais, o que é uma excelente notícia e absoluta novidade em termos de mecanismo de política social no Brasil. Para a economista, entretanto, foi o mercado de trabalho - responsável por 3/4 das rendas das famílias brasileiras - que exerceu o papel fundamental para redução da pobreza e da desigualdade. Ela lembra ainda da crise econômica mundial que pode ter reflexos na dinâmica da economia nacional. O que ia bem numa conjuntura externa favorável começou a virar, deixando evidente o dever de casa não feito: investimento cronicamente baixo, déficits enormes de infraestrutura, despesas elevadas e ineficientes da máquina pública e nível educacional lamentável. Com a crise externa, não tem como o mercado interno segurar o tranco. E a crise externa vai durar... Qualquer coisa que façamos internamente também vai levar tempo para maturar, destacou. (Fonte: Agência Brasil)

**Economia: produção industrial cresce 1,5% e reforma retomada da atividade** Ao avançar 1,5% na passagem de julho para agosto, feitos os ajustes sazonais, a produção industrial teve seu melhor resultado nessa comparação desde maio do ano passado e marcou o início da trajetória de retomada esperada por economistas. Com produção 3,3% maior em agosto sobre o mês anterior, e beneficiado pela antecipação de vendas de carros com a perspectiva do fim da redução do IPI, o setor de veículos automotores foi a principal influência positiva sobre o dado geral da PIM. Outros 19 segmentos dos 27 pesquisados pelo IBGE, no entanto, também aumentaram sua atividade no período, ao contrário do ocorrido em junho e julho, quando as altas ficaram concentradas em cerca de metade dos ramos produtivos. Calculado pela LCA Consultores, o índice de difusão da indústria - ou seja, a proporção dos 77 subsetores industriais com produção em alta no mês - saltou de 48,1% em julho para 74,1% em agosto. Esse percentual é o maior desde março de 2010, e muito acima da média histórica de 54,2%, registrada nos últimos dez anos. **Medidas do governo** Para Rodrigo Nishida, economista da LCA, esse indicador é mais importante para definir a conjuntura atual como mais favorável à indústria do que o resultado mensal abaixo do esperado, já que a consultoria trabalhava com alta de 2,2% da produção. Segundo Nishida, as medidas de incentivo adotadas pelo governo ainda estão contribuindo para a melhora da produção industrial, mas o avanço de agosto foi sentido por mais setores além dos beneficiados, porque está em curso uma recuperação da demanda doméstica, impulso que deve seguir puxando a retomada até o fim do ano. Ele também observa que, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o nível de estoques da indústria em setembro ficou praticamente estável em relação a agosto, ao variar 0,1%, após ter recuado 0,5% em julho. Os inventários mais equilibrados, apesar de alguns setores ainda se queixarem de excesso de mercadorias, também indicam, segundo o analista, que a tendência para a indústria é de alta nos próximos meses. Alexandre Andrade, da Votorantim Corretora, afirma que a resposta dos bens duráveis às desonerações fiscais levou a reboque outros setores da cadeia produtiva. Depois dos duráveis, que avançaram 2,6% em agosto ante julho, o grupo de intermediários registrou a maior alta (2%) entre quatro categorias de uso analisadas pelo IBGE. "A cadeia automotiva tem um peso muito grande na indústria de transformação e foi o setor que começou a se recuperar mais rapidamente. Esses efeitos vão se espalhando por outros segmentos", explica Andrade. A alta de apenas 0,3% da produção de bens de capital, após dois meses seguidos de crescimento na ordem de 1%, no entanto, foi vista por analistas como um sinal amarelo, por apontar que a reação dos investimentos pode demorar mais. A produção de máquinas e equipamentos encolheu 2,6% no período. Para Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, o resultado de agosto mostra que o segundo semestre será melhor que o primeiro, mas nada indica que a reação da atividade será acompanhada por decisões de investir. Além da capacidade ociosa, Vale acredita que o cenário externo ainda deve inibir projetos de investimento e pesar negativamente, devido às chances de que o "abismo fiscal" nos EUA (cortes de gastos e elevações tributárias de quase US\$ 600 bilhões a partir do

início de 2013) não possa ser evitado e também pelos riscos na zona do euro. "A taxa de juros caiu e a política fiscal está ajudando, então há condições que colocam a indústria para andar mais um pouco, mas não vejo um "boom", diz Vale. No curto prazo, o "efeito ressaca" da antecipação de vendas de automóveis em agosto pode afetar a força da retomada da produção, segundo alguns economistas. Dados da Fenabreve, entidade que representa as revendas de veículos, mostram que o número de automóveis e comerciais leves vendidos recuou 31,5% entre agosto e setembro. O economista-chefe do banco ABC Brasil, Luís Otávio Leal, acredita, porém, que isso não representa risco à retomada industrial nos próximos meses. "O importante é a normalização de estoques", diz Nishida, que concorda com a avaliação de Leal. Para ele, o crescimento da produção deve seguir espalhado por mais setores nos próximos meses, compensando parte do ligeiro recuo esperado para a indústria automobilística. De acordo com o gerente da coordenação da indústria do IBGE, André Luiz Macedo, há setores que permanecem impactados por dificuldades de estoques elevados, exportação em queda e competição com importados. Entre esses, ele destaca metalurgia básica e extração mineral. (Fonte: Valor Econômico)

**Jorge Caetano Ferminopj**